

MAOÍSMO NA BAHIA

Cristiane Soares de Santana*

Resumo: *Este artigo visa discutir a influência do pensamento de Mao Tse Tung no processo de “integração” na produção, também chamado de política de proletarização, realizado pela Ação Popular, na Bahia, entre os anos de 1967 e 1970, no qual se promoveu o envio dos quadros da organização para as fábricas ou o campo a fim de se articular a luta revolucionária nos moldes chineses.*

Palavras-chave: Esquerdas; Ação popular; Maoísmo.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa segue um caminho pouco explorado pelos trabalhos mais influentes sobre a atuação da Ação Popular, já que analisa os pressupostos teóricos que legitimam as práticas desta organização após 1967, tendo como objeto de estudo a presença das teorias maoístas nas práticas da Ação Popular.

Através da análise do processo de integração à produção, realizada pela Ação Popular, na Bahia, entre os anos de 1967 e 1970, no qual se promoveu o envio dos quadros da organização para as fábricas ou o campo a fim de se articular a luta revolucionária nos moldes chineses, foi que se iniciaram algumas indagações. Estas desembocaram na necessidade de examinar a importância e a validade da teoria de Mao Tse Tung e a sua hegemonia sobre os resquícios cristãos provenientes das origens da Ação Popular na posição de categoria explicativa para a edificação deste processo. Assim, nosso principal objetivo será debater a respeito da aplicação das teorias e estratégias revolucionárias chinesas aplicadas pela Ação Popular no combate à ditadura militar.

Sugerimos, através de uma análise historiográfica, a discussão dessa problemática, visando à apresentação de uma nova abordagem a respeito da política de integração através do estudo do pensamento político de Mao Tse Tung e sua preponderância como embasamento teórico da AP, através da apreciação dos seus documentos e de uma bibliografia relevante, tendo como suporte os depoimentos de ex-militantes e simpatizantes do contexto estudado.

No campo das ciências humanas tem-se visto ocorrer nas duas últimas décadas um processo de resgate dos anos 60 e 70. Seja por meio de romances ambientados nesse período, livros de memórias de ex-militantes ou teses acadêmicas, houve um intenso retorno ao estudo da ação revolucionária dos últimos anos por ex-militantes ou não, como é o caso deste trabalho.

Sem nenhum vínculo com a Ação Popular ou qualquer outro tipo de ligação partidária, o interesse por este tema nasceu pela própria curiosidade de estudante e afinidade com o assunto. O interesse por esta temática fez com que fossem iniciadas várias leituras sobre a atuação das esquerdas brasileiras. Através desta busca, o livro de Haroldo Lima e Aldo Arantes foi encontrado e permitiu que a história da Ação Popular nos fosse apresentada, despertando o desejo de conhecer mais a respeito desta organização.

De trajetória bastante peculiar, devido a sua origem no seio da Igreja Católica, esta organização rompeu com o cristianismo engajado e aderiu ao marxismo de viés maoísta após o golpe de 1964. Desse modo, será justamente o período em que se iniciou a era do pensamento de Mao Tse Tung como fonte teórica da Ação Popular em que se centra este trabalho.

* Mestranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: crysthianasantana@yahoo.com.br. Orientador: Prof. Muniz Gonçalves Ferreira.

Assim, através deste artigo propõem -se duas contribuições. A primeira está centrada na desconstrução da áurea cristã e do romantismo revolucionário vinculados à Ação Popular como explicações simplistas e básicas para a articulação do processo de proletarização. A segunda é a análise da trajetória do maoísmo no seio da esquerda brasileira, mostrando a sua importância dentro da Ação Popular entre os anos de 1967 e 1970. Nesse período, nota-se como maior expressão o movimento de integração na produção, o qual possui um caráter nitidamente maoísta. Porém, será o estudo mais apurado da parte pertinente da obra de Mao Tse Tung, e conseqüentemente, de suas concepções políticas e estratégicas que permitirão o conhecimento mais detalhado deste estadista tão importante e que tem seu legado tão pouco estudado no meio acadêmico brasileiro.

INTEGRAÇÃO À PRODUÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Dentre a vasta bibliografia escrita sobre a atuação da esquerda no Brasil, podemos destacar livros e teses que retratam a Ação Popular e que trazem uma boa contribuição para melhor conhecimento desta organização. Mas, no que se refere ao processo de proletarização, que é o recorte temático dessa pesquisa, vale a pena realizar uma revisão bibliográfica sobre as considerações de Haroldo Lima e Aldo Rabelo, Marcelo Ridenti, Jacob Gorender, Reginaldo Dias e Franklin Oliveira, os quais apresentam em suas obras diversidades de recortes temporais e enfoques.

No livro “História da Ação Popular - da JUC ao PC do B”, Lima e Arantes abordam a trajetória geral da Ação Popular até a grande cisão em 1972-1973. Escrito basicamente no período em que os dois ex-dirigentes da organização estavam presos, este material reflete bem o posicionamento dos autores em relação à integração na produção, já que foi redigido alguns anos após a experiência e ainda sob contexto da ditadura. Por isso que se compreendem os motivos pelos quais a proletarização recebe críticas bem sutis desses autores, que descrevem a proletarização, seus objetivos e suas mínimas limitações, sem, no entanto, ressaltar a perspectiva religiosa que tanto é tratada por outros autores.

Tanto que, ao promover a análise da integração, apontam a avaliação negativa de José Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho, colocando em xeque justamente a idéia do ex-militante que mais defendeu o aspecto religioso como motivação para a proletarização.

“... mesmo do seu caso, do período em que passou trabalhando em fábrica e vivendo em bairro operário, período em que(sic !) ele considera assaz negativo em sua vida, ele o examina procurando identificar a motivação religiosa que estaria por trás de tudo, motivação esta vista por Betinho como predominante na esquerda da América Latina, pois que ” a tendência geral da esquerda brasileira é religiosa (...) a tendência geral da esquerda na América Latina é ser religiosa* “!(sic !) ...”. (LIMA, 1984, p.110).

A importância desse trabalho está centrada no fato de ter sido um dos primeiros estudos feitos sobre a AP, e ainda por ter sido escrito por dois ex-dirigentes e ex-integrados. Já em relação à integração, a abordagem é limitada, devido à falta de associação do maoísmo e seus elementos à política de proletarização.

Marcelo Ridenti, no seu artigo “Ação Popular: cristianismo e marxismo”, discute o percurso da Ação Popular mesclando conceitos de Perry Anderson, Michel Lowy e Robert Sayre, criando uma nova interpretação dos anos 60 baseada na presença de um ”romantismo revolucionário” na América Latina, onde a Ação Popular seria uma grande representante de tal vertente. Sua discussão é centrada particularmente nas fases cristãs e de adoção do marxismo por meio do viés maoísta. Segundo ele, através da proposta maoísta de integração na produção:

“... colocava-se uma visão redentora da luta revolucionária conduzida por uma elite comunista abnegada e sacrificada, a compartilhar a vida com camponeses e operários. Santos comunistas unidos ao povo numa visão revolucionária, agora com a certeza científica de sua missão histórica salvadora, eis o maoísmo de origem cristã...” (RIDENTI, 2002, p.252).

O autor discute em seu artigo aspectos da política de integração na produção ligando o cristianismo ao maoísmo, ambos indícios do romantismo revolucionário que marcou as esquerdas nos anos 60, afirmando que o processo de proletarização apresentava uma via de transformação individual através do igualitarismo e da renúncia, para que fosse dado fim aos vícios pequeno-burgueses. Assim, a Ação Popular encontrava suas bases sociais principalmente nas camadas médias e intelectualizadas.

Outro autor que partilha dessa opinião é Jacob Gorender, que no seu livro “Combate nas Trevas” alega que “... O maoísmo se enraizou na AP apoiado, com um dos pés no ideário cristão, e com o outro pé, no dogmatismo de procedência althusseriana. Um dos fenômenos derivados dessa simbiose cristã-maoísta será a diretiva da integração na produção...” (GORENDER, 2003, p.125)

Ridenti assume a existência de uma outra vertente de discussão do assunto, a qual se aproxima da sugerida por este trabalho, que não prioriza a questão religiosa, ressaltando o maoísmo como essência principal do processo. Para isso o autor tomou como base a argumentação do ex-dirigente Duarte Pacheco Pereira, o qual afirma que:

“... O objetivo dessa integração não é a transformação ideológica pessoal dos militantes, como se acreditou na época, neste caso, sim, sob a influência do maoísmo e da revolução cultural chinesa; o objetivo definidor é a conquista das massas fundamentais para posições avançadas e para a adesão aos partidos de esquerda...” (RIDENTI, 2002, p.245).

O livro “Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná”, de Reginaldo Dias, trata-se da primeira elaboração acadêmica voltada exclusivamente para a história de uma organização política de resistência pós – 60. Da mesma forma que Marcelo Ridenti, o autor concebe que o ideal da “integração na produção” se acopla às tendências cristãs da organização. Apesar de concordar com a nuance cristã da integração, coloca bem a perspectiva materialista e a influência maoísta no processo de forma mais precisa que Ridenti. Além disso, o autor realiza uma grande contribuição à compreensão do desencadeamento da política de integração, graças à avaliação que faz da tradição da AP na luta de massas.

Com o golpe de 1964 iniciou-se um momento de reavaliação da trajetória, das práticas e das perspectivas no seio de toda esquerda. A Ação Popular, assim como outras organizações, iniciou uma discussão sobre a “derrota do reformismo” e conseqüentemente sobre suas opções ideológicas. Houve no interior da organização um processo de ruptura de identidade e objetivos, resultando o fim do cristianismo engajado e o início de conversão ao marxismo.

Reginaldo Dias também faz uma grande discussão a respeito do ascenso dos trabalhos de massa da organização, mostrando que o seu crescimento após o golpe foi se tornando cada vez maior. Essas ações de massa tiveram um alcance bastante limitado, fazendo com que se visasse à intensificação dessa prática através do envio de militantes para o trabalho de organização na fábrica e no campo, como um meio para se resolver a falta de ligação da organização com os meios camponês e operário, ou seja, ampliar as frentes de luta da organização, que até este momento era basicamente estudantil. Portanto, essa preocupação da organização existia graças ao desejo de construção do partido de vanguarda revolucionária, o que já denotava seu caráter marxista-leninista.

Na realidade, o trabalho de Reginaldo Dias é o que mais oferece subsídios para supor que a perspectiva religiosa não é preponderante na construção da integração na produção, já que ele

apresenta o crescimento da luta de massas como indício fundamental de que este contato com as massas já estava sendo tracejado antes mesmo do golpe.

Um outro trabalho escrito a respeito da temática é a tese de doutorado de Franklin Oliveira Júnior. Até mesmo pelo próprio caráter do trabalho, este é o estudo mais aprofundado, com um maior número de detalhes sobre os aspectos da política de integração na produção e um maior volume documental que os trabalhos citados anteriormente.

O autor dedica um capítulo de sua tese para a discussão do problema da proletarianização. No entanto, Franklin Oliveira periodiza o processo de maneira mais ampla que os demais autores, delimitando o período entre 1967/1972-3. Na verdade, essa periodização é passível de questionamentos, na medida em que autores como Lima e Arantes sugerem que a proletarianização teve fim no primeiro semestre de 1970, e até mesmo, documentos da organização como, por exemplo, “Intensificar e unificar a luta de massas da classe operária. Assimilar profundamente as diretrizes básicas do primeiro informe e aplicá-las corretamente”, datado de princípios de 1970, já apontavam os erros e o declínio desse processo.

No que se refere à adesão ao maoísmo, o autor coloca como primeiro fator a perspectiva religiosa. De modo que, de acordo com ele:

“... A adesão ao maoísmo teve numerosos fatores. Elementos cristãos se somam a crítica à esquerda burocrática e ao reformismo cristão no contexto dos anos 60 e início dos anos 70 no país. O lado cristão a “reeducação” atingiu em cheio vivendo as suas condições de vida, fazendo o voto de pobreza, o proletarianizar-se (sic!)...” (OLIVEIRA, 2000, p.312).

Assim como Marcelo Ridenti e Reginaldo Dias, o autor apresenta o viés cristão como causa para a realização do processo, através de uma analogia entre o despojamento pregado pelo cristianismo e as concepções de reeducação e igualitarismo defendidas pelo maoísmo. Porém, vale a pena ressaltar que o autor analisa o processo de integração na produção e suas implicações baseado nos documentos da organização e em fontes orais, analisando a estruturação do processo com base na estratégia revolucionária chinesa.

Após a análise das obras mais importantes que abrangem a integração na produção, pode-se alegar que o estudo desse tópico da história da Ação Popular é bastante delicado, na proporção que grande parte dos trabalhos já publicados evidenciam o aspecto cristão do processo em detrimento da maoização da organização. Logo, pretende-se, através da ruptura dessa idéia, posicionar as teses maoístas no seu lugar de direito no desenvolvimento da proletarianização.

Na verdade, existem inúmeros aspectos que aproximam o cristianismo do maoísmo como, por exemplo, o culto à personalidade (Mao e Jesus Cristo), o igualitarismo, o despojamento pregado por ambos etc. No entanto, não se pode esquecer que a Revolução Cultural Proletária chamava a atenção do mundo naquele período por supostamente apresentar uma sociedade igualitária que poderia servir de modelo para outras sociedades. Logo, não podemos somente nos basear nestas similaridades entre ambos para explicar a adoção pela Ação Popular da postura teórica e revolucionária maoísta. Afinal, outras organizações que atuaram nesse período adotaram o maoísmo e nunca foram de origem cristã, como a Ala Vermelha e o próprio PC do B, que realizou uma experiência nitidamente maoísta que foi a Guerrilha do Araguaia.

O MAOÍSMO NOS DOCUMENTOS DA AÇÃO POPULAR

Entre 1964 e 1968, a AP sofreu diversas influências e transformações teórico-ideológicas, principalmente no âmbito do marxismo, uma vez que o movimento comunista internacional passou por grandes transformações, fazendo com que, a partir do final dos anos 50, se

estabelecesse outro pólo de influência que passaria a obter certa notoriedade no campo do socialismo.

Um processo de revisão política se iniciou na segunda metade dos anos 50, com as resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, onde foi reafirmada e consolidada a política de “coexistência pacífica”. Logo, a exclusividade do caminho armado para a revolução socialista desaparecia, o qual passaria a dividir espaço com a idéia da transição pacífica do capitalismo ao socialismo. A consequência disso foi a alteração das perspectivas políticas dos Partidos Comunistas Mundiais e sua autonomia em relação ao Partido Comunista da União Soviética.

Nesse contexto, surge a China como pólo do comunismo internacional apontando como caminho o movimento revolucionário baseado na guerra popular prolongada, que inspiraria vários agrupamentos políticos da América Latina. Porém, ela se destacou por colocar em prática a Revolução Cultural como via para o socialismo, revolucionarizando a economia e a política por meio da reeducação política e ideológica das massas.

Com a ruptura entre a China e a Rússia, o maoísmo se tornou para alguns a alternativa revolucionária daquele momento. Suas críticas cada vez mais explícitas ao “revisionismo soviético” e suas propostas baseadas em uma dada apropriação do marxismo-leninismo, o tornava bastante atraente aos “olhos” de parte da esquerda brasileira. Além disso, sua política de solidariedade ativa com os povos do Terceiro Mundo auxiliou ainda mais para que, na segunda metade dos anos 60, o maoísmo tivesse um grande impacto tornando-se referência obrigatória para alguns marxistas brasileiros como, por exemplo, o PC do B e suas cisões (Ala Vermelha e Partido Comunista Revolucionário) e a Ação Popular.

A originalidade do pensamento de Mao Tse Tung centra-se principalmente na sua estratégia de guerra popular através de um cerco das cidades pelos campos. De modo que, a partir de uma análise do maoísmo percebe-se o quanto este reivindica alguns preceitos leninistas, tais como a idéia de que a emancipação somente poderia ser feita através da revolução apoiada nas massas de camponeses e na pequena classe operária urbana, a qual era a única força conscientemente revolucionária da sociedade e capaz de exercer liderança na luta da nação pela emancipação. Além disso, a crença que o caráter da revolução deveria ser “democrático-burguês”, fazendo parte de uma revolução “ininterrupta” ou “permanente”, tendo o Partido Comunista que, agindo como vanguarda do movimento, nunca deveria perder contato com as massas, as quais deveriam ser instruídas militarmente e guiadas pelos preceitos do marxismo-leninismo.

O maoísmo foi adotado oficialmente na I Reunião Ampliada da Direção Nacional em setembro de 1968 pela AP. No entanto, sua presença pode ser verificada em 1965, no documento “Resolução Política”, onde a organização indica pela primeira vez a adoção da via revolucionária de luta e mostra que o contato com expressões que passariam a fazer parte do vocabulário maoísta já estava começando a ser feito pela AP.

“... o exército guerrilheiro colocaria em prática a guerra de movimentos, ocupando regiões cada vez maiores, embora ainda não fosse possível tomar as cidades, reduto último do inimigo (...) a contra ofensiva geral supunha a constituição de um exército popular, composto não apenas por forças guerrilheiras, mas também por unidades regulares ...” (grifos meus). (AÇÃO POPULAR, Resolução Política, p.04).

No segundo semestre de 1966, alguns militantes da AP, dentre eles Aldo Arantes, viajaram para a China. Essa visita, em plena Revolução Cultural, pode ser considerada como um impulso para a adesão ao maoísmo pela organização. Segundo Lima e Arantes, as experiências vividas na China por este último fizeram com que ele redigisse um documento intitulado “Texto Amarelo”, que continha capítulos sobre “movimento operário”, “movimento camponês”, “guerra

popular”, “partido de vanguarda” etc. Logo, isso pode ser considerado um reflexo do impacto que as experiências observadas na China causaram na organização.

Entretanto, segundo Franklin Oliveira, o início da adesão quase oficial ao maoísmo pela Ação Popular ocorreu no segundo semestre de 1967, na segunda viagem dos militantes para a China, quando foi enviada uma nova delegação sob a chefia de Jair Ferreira de Sá. Esta visita promoveu mudanças profundas na trajetória política-ideológica da organização, sendo isto refletido através do documento intitulado “Os seis pontos”, o qual ratifica a influência maoísta que passou a ser posta como estratégia revolucionária a ser seguida.

O documento “Os seis pontos” ostenta em sua essência básica a concepção chinesa de revolução, de modo que em sua análise facilmente se identificam aspectos marcantes desta teoria. Seu primeiro tópico tratava da reconstrução do partido proletário no Brasil, o qual deveria ser guiado pela teoria marxista-leninista. O segundo ponto se referia a integração na produção, a qual era vista como “(...) a forma superior de integração com as massas, mas a base objetiva da integração na luta é a integração na vida das massas e a integração na produção é a forma superior de integração na vida das massas (...)” (AÇÃO POPULAR, Os seis pontos, p.2) Essa concepção foi um dos primeiros indícios de que a proposta revolucionária de Mao Tsé Tung estava em voga no seio da organização.

No terceiro ponto, o pensamento de Mao foi colocado como a terceira etapa do marxismo-leninismo, enquanto o quarto ponto tratava a respeito da linha geral da revolução brasileira, a qual foi apresentada no documento com a mesma caracterização da Revolução Chinesa, ou seja, de caráter anticolonial e antifeudal. A revolução teria o estilo democrático nacional-popular com duas etapas ininterruptas, sendo marcada pela presença do proletariado como força dirigente, do campesinato e dos assalariados agrícolas como aliados.

O transplante da experiência chinesa de revolução para o Brasil foi feito de uma forma dogmática e teve uma imensa receptividade entre os militantes da Ação Popular. Mas, apesar de ser uma posição majoritária, muitos militantes acreditavam na insensatez dessa proposta, pois esse tipo de revolução era adequado para a sociedade chinesa, não podia se enquadrar na realidade brasileira.

O quinto ponto abordava a linha militar a ser seguida pela organização, apresentando a estratégia militar que foi utilizada por Mao Tse Tung para empreender a Revolução Chinesa; o famoso cerco das cidades pelos campos através de uma guerra popular prolongada apoiada por um Exército Popular de Libertação.

No sexto ponto discute-se a mudança do eixo de trabalho do partido da cidade para o campo, o que colocava a necessidade da alteração da base pequeno-burguesa do partido para base operário-camponesa. Vale a pena ressaltar que a AP não retirou totalmente o partido das ações urbanas após a decisão pelo maoísmo; mas, houve uma redução sensível em prol do movimento de proletarização no campo e nas fábricas. Mao alega que:

“...A formação da base proletária do partido e o estabelecimento de frações do Partido em empresas industriais dos distritos mais importantes, são as principais tarefas de organização do Partido(...) ao mesmo tempo o desenvolvimento das lutas no campo, o estabelecimento do poder político vermelho em pequenas regiões e a criação do Exército Vermelho são as principais condições para a ajuda a luta nas cidades e a aceleração do levante revolucionário(...) em nossa opinião é um erro abandonar a luta nas cidades...” (MAO TSÉ TUNG, 1975, p.119).

Na trajetória da Ação Popular, foi o centralismo democrático do Partido Leninista, também adotado por Mao Tse Tung, que produziu uma marca profunda nos primeiros passos do maoísmo na organização. Segundo Mao:

“... Alguns camaradas só vêm os interesses pessoais e não aos do conjunto. A todo momento destacam indevidamente os setores de trabalho pelos quais são responsáveis e tendem sempre a subordinar os interesses do conjunto aos parciais. Não compreendem o que significa o centralismo democrático do Partido nem percebem que o Partido Comunista necessita não apenas de democracia, mas, sobretudo, de centralismo democrático. (...) No centralismo democrático a minoria deve subordinar-se à maioria, os escalões inferiores aos superiores ...” (MAO TSE TUNG, 1997, p.66).

Na Ação Popular, a adoção do ideal de centralismo democrático ficou clara durante a discussão sobre a estratégia da revolução brasileira, na qual se formaram duas alas no seio da organização: a Corrente 1, liderada por Jair Ferreira de Sá, que propunha uma revolução inspirada no modelo chinês, e a Corrente 2, liderada por Vinicius Caldeira Brant e Altino Dantas, que era resistente à maoização e considerado foquista pelos outros. Essa foi a 1ª luta interna desencadeada que teve como consequência a expulsão dos militantes da Corrente 2, pelo fato da maioria da organização ter aderido ao maoísmo. De acordo com Eliana Rollemberg “... Era uma exigência (...) mas era uma posição majoritária e então a minha posição (...) não chegava a ter uma repercussão muito grande. Por que a posição majoritária naquela ocasião era essa, então acabei me subordinando ...” (Eliana Rollemberg, 2004).

Após esta primeira amostra mais explícita, a presença dos temas maoístas se tornou mais freqüente nos documentos da AP. No documento “Política de massas de caráter revolucionário para o movimento camponês” foram tratadas as diretrizes básicas da realização do trabalho de militantes integrados no campo, apresentando a via chinesa como a melhor opção de luta.

“... O processo revolucionário nos países sob o jugo do imperialismo tem demonstrado que a melhor forma para a condução da luta armada é partir do campo para a cidade (...) a luta armada se faria através de grupos móveis de guerrilha que teriam como objetivo a construção progressiva de um Exército popular...” (AÇÃO POPULAR, 1968, p.15).

Mao Tse Tung, durante os anos 30, apoiado por camponeses e guerrilheiros, promoveu a Longa Marcha através da qual os maoístas iam formando bases de apoio de uma ponta a outra da China para conduzir a revolução.²⁴ Na Ação Popular, da mesma forma que na China, os revolucionários buscaram áreas tidas como prioritárias para o desencadeamento da guerra popular, sendo que, para escolha destas áreas, levava-se em conta as condições de massa, características físicas que abrangem os tópicos, presença de montanhas, vegetação, clima, rios e alagadiços da mesma forma que na China. Na Bahia, essas áreas se situavam na Zona Cacaueira, Chapada Diamantina, Candeias etc. Entretanto, para realizarem essa escolha os militantes de AP percorreram todo o Brasil para a seleção dessas áreas. Haroldo Lima, que foi coordenador deste grupo, declarou que:

“... nós tínhamos feito uma pesquisa chamada APE, pesquisa de áreas estratégicas, que é feita no bojo da integração na produção com o pessoal que estava integrado a produção(...) Nós fizemos uma pesquisa de áreas estratégicas no Brasil para escolher as áreas onde nos iríamos desenvolver a guerrilha, as bases de apoio como os chineses chamavam. Corremos o Brasil inteiro fazendo o levantamento daquela região, levantamento geográfico, estatístico, de desenvolvimento, econômico(sic!)...” (HAROLDO LIMA, 2004).

Tal pesquisa não se destinava somente aos campos, existiam também critérios para seleção das fábricas, onde o movimento revolucionário formaria bases. “... Devemos fazer o levantamento estatístico do aumento do custo de vida, calcular o montante da mais-valia nas

principais fábricas etc, a fim de ajudarmos as massas a compreenderem o papel imoral da exploração que sofrem...” (AÇÃO POPULAR, 1969, p.11).

Na realidade, a importância dessa extensa análise no seio do campesinato e do operariado se relaciona à verificação das contradições de classes até ao nível de produção. Dessa maneira, “... o quadro revolucionário deve iniciar a pesquisa econômica, política e ideológica da área é impossível traçar uma política correta sem uma avaliação de profundidade das condições locais (...) não se trata de montar um IBGE, mas de fazer uma pesquisa revolucionária...”. (AÇÃO POPULAR, 1968, p.18).

Essa prática remete ao valor que os chineses forneciam à pesquisa junto ao povo camponês e ao critério de escolha dessas áreas; essa questão aparece no texto “Informe sobre uma pesquisa feita no movimento camponês no Hunan”, onde Mao fez uma descrição do período em que passou desenvolvendo pesquisas no meio camponês para a avaliação do caráter produtivo, das classes e as contradições entre elas, do nível de luta etc.

A integração ao trabalho produtivo na fábrica ou no campo era uma tática utilizada pelos maoístas para se manter sempre o partido ligado às massas. Desde estudantes até altos dirigentes do partido deveriam participar da integração à produção na fábrica ou no campo.

“... uma das tarefas de minha mãe era galvinizar apoio para o novo governo, sobretudo entre operários de fábricas... seu trabalho incluía explicar aos jovens operários o que era comunismo (...) viveu longos períodos em algumas fábricas: esperava-se que os comunistas ‘vivessem e trabalhassem entre os operários e camponeses’ ...” (CHANG,2006, p.159).

Assim sendo, a Ação Popular inspirou-se nos chineses e importou este método revolucionário, e o propôs como fórmula básica para o desenvolvimento da revolução, a integração do partido às massas.

CONCLUSÃO

Com base nesta análise, sustentada nos documentos da organização e em fontes orais, pretendeu-se através deste artigo apresentar a repercussão e a marca do pensamento político e ideológico de Mao Tse Tung nas estratégias políticas-revolucionárias empregadas pela Ação Popular.

Para isso, apresentamos a análise conjunta dos trechos das obras escolhidas de Mao Tse Tung e os documentos da Ação Popular, propondo uma espécie de embate às idéias propostas pelos autores. Através disso, visa-se demonstrar o quanto o pensamento de Mao Tse Tung está presente nos documentos da AP. Logo, isso evidencia o quanto a influência do maoísmo estava presente na estratégia de revolução empreendida pela Ação Popular.

Assim, apesar das suas limitações práticas e também teóricas, este artigo visa demonstrar que o maoísmo foi a teoria legitimadora dos métodos revolucionários utilizados pela Ação Popular entre 1967-1970.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. São Paulo:Vozes, 1988.

BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na universidade e na política – história da JUC e da AP*. Petrópolis:Vozes, 1984

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução a História*. São Paulo: Brasiliense, 1992

CHANG, JUNG. *Cisnes selvagens: três filhas da China*, Companhia das Letras, 2003.

CONCEIÇÃO, Manuel da. *Essa terra é nossa: depoimento sobre a vida e as lutas camponesas no estado do Maranhão*. Petrópolis: Ana Maria Galano (Ed): Vozes, 1980.

DEUSTSCHER, Isaac. *Ironias da História – Ensaios sobre o comunismo contemporâneo*. Civilização Brasileira, 1975.

DIAS, Reginaldo. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular do Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

FALCON, Francisco. História das Idéias. In: *Ciro Flamarion CARDOSO e Ronaldo VAINFAS (org.)*, Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia, Campus; 1997.

FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Muniz. Carlos Marighella: revolução e antinomias. In: *NÓVOA, Jorge e NOVA Cristiane*. Carlos Marighella: o homem por trás do mito. São Paulo: Unesp, 2000

FREIRE, Alípio e ALMADA, Izaías (orgs). *Tiradentes: um presídio da tortura – memórias dos presos políticos*. São Paulo: Spicione, 1997.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 2003.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extermos – o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HOBBSAWN, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa- Omega, 1984.

MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas – uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-ômega, 1989

MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi L e SWENSSON, Walter Cruz. *Contra os inimigos da ordem – a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MARTINS Filho, João Roberto. *Movimento Estudantil e Militarização do Estado no Brasil (1964-1968)*. Campinas: Tese (Mestrado em História) – UNICAMP, 1986.

MODERNO, João Ricardo Carneiro. *O pensamento de Mao Tse Tung*. São Paulo: Paz e Terra, 1979

OLIVEIRA, Franklin. *Paixão e Revolução: Capítulos sobre a história da AP*. Pernambuco: Tese (Doutorado em História) – UFPE, 2000

- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*. Jorge Zahar Editor; 2002
- REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo do Brasil I*. São Paulo: Paz e Terra; 1991.
- RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão.(orgs). *História do Marxismo no Brasil – Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Volume V. Unicamp: São Paulo, 2002
- ROLLEMBERG, Denise. *Apoio de Cuba a luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SADER, Eder. *Mao Tse Tung – Política*. São Paulo:Ática, 1982.
- SEMERARO, Giovanni. *A primavera dos anos 60- a geração de Betinho*.São Paulo: Loyola, 1994.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- TUNG, Mao Tse. *O livro Vermelho*. Martin- Claret, 2002
- TUNG, Mao Tse. *Obras Escolhidas Vol .I*. Vitória, 1954.

- DOCUMENTOS

ACÇÃO POPULAR Bases de sistematização e aprofundamento da linha específica do Partido para o movimento operário, São Paulo, 1969. (mimeo).

_____ Esboço de um histórico da Corrente 1, São Paulo, 1969. (mimeo).

_____ Intensificar e unificar a luta de massas da classe operária. Assimilar profundamente as diretrizes básicas do primeiro informe e aplicá-las corretamente, São Paulo, 1970. (mimeo).

_____ Política de massas de caráter revolucionário para o movimento camponês, São Paulo, 1968. (mimeo).

_____ Preparar ativamente a guerra popular, São Paulo: CEP, 1970. (mimeo).

_____ Profissionalização dos quadros: uma necessidade urgente, São Paulo, 1966. (mimeo).

- FONTES ORAIS

Haroldo Lima, realizada em Salvador em 20-11-04.

Eliana Rollemberg, realizada em Salvador em 07-10-04.